



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção

MEMO Nº. 029/2015/DCPT/SURL/SISEMA

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2015.

Para: : Dra. Fernanda Antunes Mota
Procuradora-Chefe do IEF

Ref.: Referência: Nota Jurídica 001/2015, MEMO. Nº589/2014/UIA, Processo de Sindicância – Portaria IEF nº. 168/2013 de 05 de novembro de 2013.

Prezada Procuradora,

Com cordiais cumprimentos, encaminhamos resposta do servidor Benito Drummond de Camargo Penayo Junior referente à decisão exarada pela douta Procuradoria - Nota Jurídica 001/PROC/IEF/SISEMA/2015, de 06/01/2015, nos autos do processo de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria IEF nº 168/2013.

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Márcia Vanelli de Castro

Diretora de Compras, Patrimônio e Transportes

Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Márcia Vanelli de Castro
Diretora de Compras, Patrimônio
e Transportes - DCPT
MARS: 1.313.475-4

Prot. 2159 de 11.12.14

02.02.15 AM OL

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DE COMPRAS, PATRIMÔNIO
E TRANSPORTES DO SISEMA**



DIRETORIA DE COMPRAS, TRANSPORTE
E PATRIMÔNIO - SISEMA
RECEBIDO EM: 30.03.15
ÀS 15:44 HORAS
Mariano Nº 24
Nome

Referência: Sindicância Administrativa Investigatória
Portaria de instalação: 168, de 05 de novembro de 2013.

BENITO DRUMMOND DE CAMARGO PENAYO JUNIOR, já devidamente qualificado na presente Sindicância Administrativa, vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, **expor e requerer o que se segue.**

Conforme é possível ser verificado mediante análise da última manifestação do Peticionante, conforme MEMO Nº 282/2014/GEUC/DIAP/IEF/SISEMA de 09/11/2014, e entregue na Diretoria de Compras, Patrimônio e Transportes do SISEMA, **NÃO HOUE, EM NENHUM MOMENTO, APRESENTAÇÃO DE UMA SEGUNDA DEFESA POR PARTE DO SR. BENITO DRUMMOND, MAS, SIM, A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DO ART. 5º, ALÍNEA C, INCISO IV, DO DECRETO 45834/2011, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas – IEF.**

Neste sentido, vale destacar, NOVAMENTE, o que aduz o aludido artigo:

Art. 5º Compete ao Conselho de Administração:
c) as propostas de reorganização administrativa da Autarquia;

IV- DECIDIR, EM GRAU DE RECURSO, CONTRA OS ATOS DO DIRETOR- GERAL E SEUS DELEGADOS;

Repare, portanto, que **as decisões proferidas por Diretor-Geral e seus delegados são passíveis de recurso para que haja análise do Conselho de administração, sendo esse o Recurso interposto**, e não nova defesa administrativa, conforme aduzido pelo IEF na última notificação recebida pelo Peticionante.

Ademais, as irregularidades praticadas por servidores públicos Estaduais devem ser apuradas em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurada ao acusado **ampla defesa e o contraditório**, sempre que for aplicada penalidade (Constituição Federal c/c Lei nº 2.620/90, Art.24 e Art. 179).

Nesta senda, Carvalho Filho ensina que:

*Com efeito, **o texto do art. 5º, LV, da Constituição Federal deixa claro que o princípio da ampla defesa não estará completo se não se garantir ao interessado o direito de interposição de recursos. As hipóteses de arbitrariedades e condutas abusivas por parte de maus administradores devem ser corrigidas pelos agentes superiores. Cercear o recurso, portanto, é desnaturar indevidamente o fundamento pertinente ao próprio direito defesa** (CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 17ª Ed; p. 818.)*

Nesta senda, o duplo grau na esfera Administrativa trata-se de garantia individual, prevista implicitamente na Constituição Federal, voltada a assegurar que as decisões proferidas não sejam únicas, mas sim submetidas a um juízo de reavaliação por um agente/órgão superior. A própria estrutura da Administração na

Constituição Federal, dividindo-os em órgãos hierarquizados, que possibilita ao interessado requerer a reapreciação dos atos administrativos por autoridade ou órgão superior.

Com efeito, o que se buscou em todo momento foi recorrer administrativamente ao Conselho de Administração do IEF, conforme descrito acima, bem como dar o devido conhecimento deste recurso à Diretoria de Compras, Patrimônio e Transporte, haja vista a solicitação de resposta à primeira Notificação.

Vale ressaltar, inclusive, que o MEMO N° 282/2014/GEUC/DIAP/IEF/SISEMA de 09/11/2014, bem como o Recurso anexo a ele, foram entregues diretamente na Diretoria de Compras, Patrimônio e Transportes do SISEMA e, também, na secretaria executiva do Conselho de Administração do IEF, para conhecimento e providências.

Lado outro, o Peticionante requer, ainda, seja municiada maior atenção ao caso em apreço, para que os atos, as notas jurídicas e MEMOs publicados não sejam negligentes como os últimos. Isso porque, consoante é possível se inferir mediante análise do MEMO 589/2014/UIA/SISEMA encaminhado pelos Auditores das Seccionais IEF e SEMAD, respectivamente, à Procuradoria do IEF, **os auditores sequer mencionam o veículo que de fato se trata do objeto da presente lide, mencionando supostos danos causados a uma “FIAT/Strada Fire Flex, placa HMN 6077”, não citando, em nenhum momento, o furto do veículo Mitsubishi/L200 por um terceiro de má-fé.**

ASSIM RESPONDENDO A ESTA SEGUNDA NOTIFICAÇÃO, RATIFICA-SE A NECESSIDADE DE RECEBIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO, PARA QUE ESTE SEJA REMETIDO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS

TERMOS DO ART. 5º ALÍNEA C, INCISO IV, DO DECRETO 45834/2011 E DO ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA QUE, POSTERIORMENTE, SEJA ADMITIDO E CONHECIDO PELO EGRÉGIO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, PARA ANÁLISE E APRECIÇÃO.

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2015.


LUCAS ANDRADE DRUMMOND CAMARGO
OAB/MG 140.486



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Notificação nº 003/2015/SURL/SEMAD/SISEMA

Belo Horizonte, 22 de Janeiro de 2015.

Referência: Nota Jurídica 001/2015, MEMO. Nº589/2014/UIA, Processo de Sindicância – Portaria IEF nº. 168/2013 de 05 de novembro de 2013.

Prezado Senhor Benito Drummond De Camargo Penayo Junior,

A Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção – SURL/SEMAD/SISEMA vem respeitosamente informar, conforme cópia de documentos anexos, decisão da Procuradoria do IEF, corroborada pela Unidade Integrada de Auditoria do SISEMA referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão proferida pelo Diretor Geral do IEF - Ato DG 50/2014 de 11/11/2014, nos seguintes termos:

"(...) Após a análise do tema em questão, não vislumbramos a possibilidade de análise e recebimento da segunda defesa administrativa acostada às fls. 74/88, visto que já foi amplamente oportunizado ao servidor interessado o prazo para a apresentação de sua defesa, que foi inclusive apresentada pela defensora dativa requerida por ele, configurando-se verdadeira preclusão consumativa e temporal a nova defesa. Ademais, já foram encerradas todas as medidas administrativas para a apuração dos fatos, estando a sindicância encerrada.

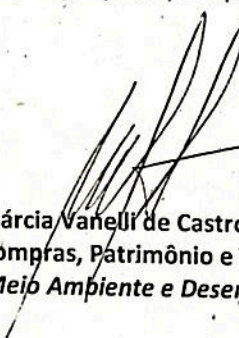
Nessa oportunidade, em nome da ampla defesa e contraditório inerente ao processo administrativo, sugerimos que o presente seja encaminhado à Superintendência de Recursos Logísticos para que esta proceda à nova notificação do servidor interessado, cientificando-o do não recebimento e análise da defesa administrativa de fls. 74/88, e também para oportunizar novo prazo para que ele, caso queira, realize o pagamento e ressarcimento ao erário, ressaltando na oportunidade as formas possíveis de composição, parcelamento e pagamento para o servidor interessado". (Nota Jurídica 001/PROC/IEF/SISEMA/2015, de 06/01/2015).

Neste contexto, e considerando determinação da Auditoria, devolvendo os autos à Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção "para que promova nova notificação ao servidor interessado, certificando-o do não recebimento e análise da defesa administrativa de fls. 74/88(...)" – (Memo nº 051/2015/UIA/SISEMA)", vimos solicitar manifesto quanto ao ressarcimento ao erário no prazo de 10 (dez dias) a contar da data do recebimento deste.

Por oportuno, anexamos a Resolução Seplag nº 37/2010 que consta no §1º, artigo 44 as formas de recomposição ao erário.

Sendo só para o momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,


Márcia Vanelli de Castro
Diretora de Compras, Patrimônio e Transportes - DCPT
MASP: 313.475-4
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Ilmo Sr Benito Drummond De Camargo Penayo Junior.
Avenida Mem de Sá, 700 – Apto 1104 – Santa Efigênia
30.260-270 – Belo Horizonte/MG.



MEMORANDO Nº 051/ 2015 / UIA / SISEMA

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2015.

Régis Maciel Ferreira Júnior

Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção

Senhor Superintendente,


SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS E MANUTENÇÃO SURL / SISEMA	
DATA:	19 / 01 / 2015
HORA:	16 : 36
Mariana - Nº 21	
ASSINATURA	

Em Nota Jurídica 001/15 elaborada pela Procuradoria do IEF em relação à possibilidade de análise da segunda defesa administrativa juntada ao processo sindicante instaurado pela Portaria IEF 168/2013, esta informa que a mesma encontra-se fora do prazo legal e não há razão para sua análise. Além disso, restou evidente que durante a realização do processo administrativo foi amplamente oportunizado ao servidor interessado o direito ao contraditório e à ampla defesa conforme prescrição legal.

Dessa forma, esta Unidade Integrada de Auditoria devolve os autos à Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção para que promova nova notificação ao servidor interessado, certificando-o do não recebimento e análise da defesa administrativa de fls. 74/88, conforme orientações da Procuradoria do IEF.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Aldemir de Carvalho Guimarães
Auditor Seccional – IEF
Unidade Integral de Auditoria



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Procuradoria do Instituto Estadual de Florestas - IEF

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2015.

Memo. nº 12/2015 - Procuradoria /IEF/SISEMA.

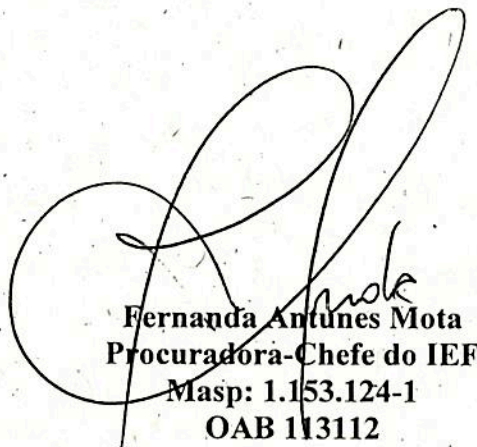
Para: Unidade Integrada de Auditoria - UIA

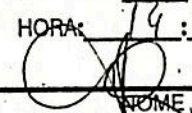
Assunto: encaminha Nota Jurídica 001/15

Prezados Senhores,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho Nota Jurídica 001/15, atendendo solicitação feita através do memo 589/2014/UIA, referente à sindicância instaurada pela Portaria 168/13/IEF

Atenciosamente,


Fernanda Antunes Mota
Procuradora-Chefe do IEF
Masp: 1.153.124-1
OAB 113112

SISEMA
Unidade Integrada de Auditoria
RECEBIDO EM: 14/01/15
HORA: 14:44

NOME